



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 9523/2025-94

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 327/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Geruza Melo do Nascimento Reis

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, o Departamento de Fiscalização Tributária da Prefeitura informa que:

a) Com relação à fiscalização dos passeios em nosso município, vinculados às propriedades particulares, são realizadas constantes vistorias a fim de se verificar possíveis irregularidades e, caso haja constatação de tal, são realizados os devidos procedimentos administrativos, como a emissão de notificações, autos de infração, etc; ressalta-se também o atendimento de denúncias realizadas pelos meios oficiais da Prefeitura.

b) Já com relação aos exemplos citados (com fotos), foram realizadas as pertinentes diligências e tomadas as seguintes providências:

- Quanto ao imóvel localizado à Rua Júlia Bueno, defronte à Secretaria de Assistência Social, o passeio já se encontra reformado, conforme demonstra o seguinte registro fotográfico:



- Quanto aos outros imóveis localizados na mencionada rua, (abaixo da agência dos correios e esquina com a Avenida Lauro de Carvalho), os proprietários foram devidamente notificados e foram criados os processos administrativos nº 3524709.420.00009890/2025-98 e 3524709.420.00009912/2025-10 (respectivamente), os quais serão acompanhados pelo Departamento de Fiscalização Tributária.

No que tange às normas de acessibilidade, a Secretaria de Mobilidade Urbana de Jaguaruiuna apresenta as seguintes informações:

A acessibilidade nas calçadas é obrigatória em todo o território nacional, estando prevista na Lei Federal nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade), no Decreto Federal nº 5.296/2004 e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Além da legislação federal, as obras e adequações devem observar os parâmetros técnicos da ABNT NBR 9050/2020, que estabelece critérios e padrões para garantir acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, incluindo rampas, pisos táteis e dimensões adequadas de circulação.

No município de Jaguariúna, já foram implantadas 288 rampas de acessibilidade em calçadas públicas, todas seguindo as normas da NBR 9050, com o objetivo de proporcionar maior segurança, autonomia e inclusão às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A fiscalização quanto ao cumprimento das normas de acessibilidade em calçadas privadas é realizada pelo setor de fiscalização, cabendo ao poder público orientar, notificar e, quando necessário, aplicar as medidas previstas em lei para assegurar a efetividade da legislação.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 18/08/2025, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0354707** e o código CRC **B0BB8FA0**.

Referência: Processo nº
3524709.420.00009523/2025-94

SEI nº 0354707